

CS Brasil Participações e Locações S.A.

(anteriormente denominada CS Brasil
Participações e Locações Ltda.)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Índice

Relatório anual da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes	9
Balanços patrimoniais - Ativo	15
Balanços patrimoniais - Passivo.....	16
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	22
Declaração da Administração sobre as demonstrações financeiras.....	74
Declaração da Administração sobre o relatório de auditoria dos auditores independentes.....	75



CS Brasil Participações e Locações SA.

CNPJ/ME nº 35.502.310/0001-99

NIRE 35231866177

Relatório da Administração 2019

Destaques Operacionais e Financeiros

As informações da CS Brasil Participações e Locações S.A. (“CS Brasil Participações” “”, “Controladora” ou “Companhia”) do 4T19 apresentadas neste documento correspondem aos resultados consolidados de suas controladas do período de 25 de outubro de 2019, data da constituição da Companhia, até 31 de dezembro de 2019.

CS Brasil Participações apresenta

Lucro Líquido de R\$8,3 milhões no 4T19

- Frota total** de **17,0 mil** veículos no final do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, composta pela linha de negócio de **Gestão e Terceirização de Frotas com 16,8 mil veículos**, Transporte Urbano Municipal com 103 veículos e Limpeza e coleta Urbana com 62 veículos.
- Receita Líquida** atinge R\$124,5 milhões no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, com destaque para o negócio de Gestão e Terceirização de Frotas, que representou 85,1% da Receita Líquida total;
- Lucro Bruto** totaliza R\$22,1 milhões, com margem bruta de 17,8% no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;
- EBIT** atinge R\$18,4 milhões, com margem EBIT de 14,8% no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;
- EBITDA** totaliza R\$42,8 milhões, com margem EBITDA sobre a receita líquida de serviços de 42,7% no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;
- Lucro Líquido** atinge R\$8,3 milhões com margem Líquida de 6,7% no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;
- Endividamento Bruto** total de R\$563,2 milhões e **Endividamento líquido** totalizando R\$172,2 milhões no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;
- Mantivemos o caixa reforçado**, capaz de cobrir em 3,5x a dívida bruta vincenda nos próximos doze meses.

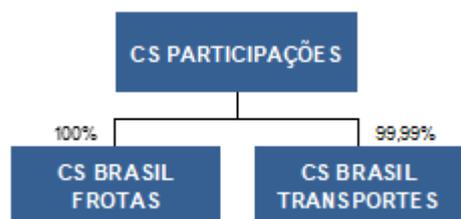
Mensagem da Administração

Visando a melhor segregação de seus negócios, a controladora JSL S.A. (“JSL”), atual Simpar S.A. (“Simpar”), constituiu em 25 de outubro de 2019 a CS Brasil Participações e Locações S.A.

Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 18 de setembro de 2020, foi aprovada a conversão das quotas da CS Brasil Participações e Locações Ltda. em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Participações e Locações S.A. (“CS Brasil Participações”).

Em 01 de novembro de 2019, a JSL aportou capital via cessão de investimento, sua participação direta, de 88,87% na CS Brasil Frotas Ltda. (“CS Brasil Frotas”) na CS Brasil Participações. Dando continuidade à essa reestruturação, em 30 de dezembro de 2019 a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (“CS Brasil Transportes”) vendeu sua participação direta de 11,13% na CS Brasil Frotas para a CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a CS Brasil Frotas passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

Também em 01 de novembro de 2019, a JSL vendeu sua participação direta de 99,99% no investimento CS Brasil Transportes, para a controlada CS Brasil Participações. Como resultado dessa operação, a CS Brasil Transportes passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações, consolidando assim o processo de reorganização societária das empresas.



Estrutura societária no final do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Em relação às nossas atividades, assim como o setor privado, o setor público e as empresas de economia mista deverão continuar buscando ganho de eficiência operacional e financeira por meio da terceirização de serviços. A CS Brasil Participações e suas controladas, têm como princípio continuar adotando as melhores práticas na prestação de serviços ao setor público e, ao mesmo tempo, fazer uma boa gestão de portfólio de contratos e de custos visando continuar ampliando seus **retornos**.

A CS Brasil Participações atua como holding consolidadora das operações de suas controladas, concentrando e objetivando especialização, foco e otimização nas linhas de negócios:

 **Gestão e Terceirização de Frotas (GTF): Composto pelos os segmentos que operamos de GTF** de veículos leves e pesados, realizando a gestão completa do serviço, incluindo a customização, manutenção e operação da frota, com ou sem motorista. No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 o GTF representou 82,8% da Receita Líquida de Serviços total, e seu EBITDA R\$ 40,0 milhões, com Margem EBITDA sobre a receita líquida de serviços de 48,2%, o que representou 93,5% do EBITDA Total.

- Transporte de passageiros:** Concessão de transporte de passageiros no município de Sorocaba, onde a controlada direta CS Brasil Transportes consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação de 50% no Consórcio Sorocaba. No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 o Transporte de Passageiros, representou 10,2% da Receita Líquida de Serviços total.
- Limpeza e coleta urbana:** Serviços de coleta, varrição manual e mecanizada, compactação, lavagem e desodorização de feiras, capina, transporte de lixo doméstico e hospitalar e coleta seletiva no município de Mogi das Cruzes. No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 a Limpeza e coleta Urbana, representou 7,8% da Receita Líquida de Serviços total.

CS Brasil Participações: Linhas de Negócios

82,8% da receita
R\$ 83 milhões

1 Gestão e Terceirização de Frotas (GTF)



GTF Leves Frota 15.194	GTF Pesados Frota: 477	GTF com mão de obra Frota: 1.188
----------------------------------	----------------------------------	--

10,2% da receita
R\$ 10 milhões

2 Transporte Municipal de Passageiros



Frota: 103

7,8% da receita
R\$ 7 milhões

3 Limpeza e coleta urbana



Frota: 62

% do total da Receita Líquida de Serviços 4T2019(i)

(i) em função da constituição da CS Brasil Participações em 25/10/2019, corresponde ao período de 25/10/2019 a 31/12/2019.

A CS Brasil Participações e suas controladas, por meio da sua estrutura do Grupo Simpar adotam elevados padrões de Governança, contribuindo para a evolução do Setor Público, por meio da inovação, eficiência e transparência, promovendo e consolidando um ambiente de segurança para sua atuação neste Setor.

Dentre as iniciativas em nossa Governança, destacam-se:

- Código de Conduta:** é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os **valores da companhia e que devem nortear sua atuação.**
- Canal de Denúncia:** atendimento terceirizado, visando dar maior credibilidade ao **anonimato do denunciante** e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia, com atendimento disponível 24 horas por dia.
- Política Anticorrupção:** abrange um conjunto de Políticas que a Companhia entende essenciais para o efetivo combate a corrupção, são elas:

 - o Políticas de Interação com o Poder Público;
 - o Política de Participação em Licitação;
 - o Política de Doações e Patrocínios;
 - o Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade.

- 🌐 **Linha Transparente:** canal gratuito, acessível ao público interno e externo, para dúvidas ou solicitação de informações sobre o Código de Conduta, Políticas Anticorrupção ou normas internas da Companhia, foi disponibilizada a **Linha Transparente**, através do telefone: 0800 726 7250
- 🌐 **Sala de Licitações:** A Sala de Licitações é um **ambiente seguro e 100% monitorado eletronicamente** criado exclusivamente para abrigar as fases de disputa dos processos de licitação pública. A sala possui **acesso restrito, equipamentos dedicados, infraestrutura de TI e Políticas e Procedimentos**, que são **certificados** por empresa independente.
- 🌐 **Linhas monitoradas:** meio de comunicação obrigatório para os colaboradores que precisam manter **contato com o pregoeiro e/ou agentes públicos** responsáveis e/ou envolvidos no processo licitatório, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato.
- 🌐 **Sistema de rastreabilidade licitatório:** sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta todo o processo de licitação pública, desde a obtenção do Edital até a assinatura do contrato ou término do processo.
- 🌐 **Portal da Transparência:** é a **ferramenta disponibilizada pela CS Brasil Participações e suas controladas** para todos os interessados em navegar e **consultar informações a respeito dos seus contratos**. Além da publicação de uma série de dados ligados à operação, governança, conformidade, legislações e políticas, através do Portal, a CS Brasil Participações busca reforçar, **com visão inovadora**, o seu critério de **excelência na gestão, conformidade e transparência nos negócios**.

Agradecemos pelo trabalho dos nossos 2.701 colaboradores que contribuíram na entrega dos resultados de 2019 e pela confiança dos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras. Em 2020, continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Compliance e Transparência e direcionando nosso crescimento com o foco no negócio de GTF, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

Joao Bosco

Diretor Presidente da CS Brasil Participações e Locações SA.

1. Principais destaques financeiros:

1.1) Consolidado

Informações Financeiras (R\$ milhões)	4T19 (i)
Receita Bruta	139,5
Deduções da Receita	(15,0)
Receita Líquida	124,5
Receita Líquida de Serviços	100,2
GTF Total	83,0
GTF Leves	58,1
GTF pesados	2,5
GTF com mão de obra	24,4
Transporte de Passageiros	10,2
Limpeza Urbana e outros	7,0
Receita Líquida Venda Ativos	24,3
Custos Totais	(102,4)
Custo de Serviços	(77,7)
Custo Venda de Ativos	(24,7)
Lucro Bruto	22,1
Despesas Operacionais	(3,8)
EBIT	18,4
Margem (% ROL Serviços)	18,3%
Resultado Financeiro	(8,9)
Impostos	(3,2)
Lucro Líquido	8,3
Margem (% ROL)	6,7%

(i) em função da constituição da CS Brasil Participações em 25/10/2019, corresponde ao período de 25/10/2019 a 31/12/2019.

No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, a Receita Bruta consolidada da CS Brasil Participações totalizou R\$139,5 milhões. A Receita Líquida de Serviços atingiu R\$100,2 milhões, em grande parte devido ao negócio de GTF, que representou 82,8% desta Receita.

O EBITDA somou R\$42,8 milhões no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, com margem EBITDA sobre a receita líquida de serviços de 42,7% no período, em grande parte pelos impactos das margens mais altas das operações em GTF, com destaque para o GTF Leves.

O Lucro Líquido no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 foi de R\$8,3 milhões, com margem líquida de 6,7%.

1.2) Destaques por segmentos

1.2.1) GTF

A CS Brasil Participações, através de suas controladas, atua com maior foco na sua atividade principal de GTF, cuja Receita Líquida de Serviços no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 atingiu o total de R\$83,0 milhões, representando 85,1% da Receita Líquida Total.

Destacamos o potencial de crescimento no GTF e alta resiliência baseado em contratos de longo prazo, com melhores margens de EBIT e EBITDA, demonstrando a produtividade e rentabilidade destes serviços.

Considerando os valores e os prazos previstos em todos os contratos de GTF vigentes no final de dezembro de 2019, o *Backlog* Total, onde consideramos a Receita Bruta de Serviços adicional pela extensão do prazo dos contratos em operação até o limite de renovação de 60 meses (sem novas licitações), foi de R\$2,0 bilhões.

Esse montante é equivalente à 3,5 anos de Receita Bruta de Serviços contratada quando comparado à Receita Bruta de GTF do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 anualizada de R\$567,8 milhões.

a) GTF leves

A Receita Líquida de Serviços GTF Leves apresentou no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 o total de R\$56,1 milhões, finalizando o período com uma frota de 15.194 veículos. O EBITDA no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 totalizou, R\$38,9 milhões (margem EBITDA sobre a receita líquida de Serviços de 69,4%). A maior parte do serviço de GTF Leves é realizado pela controlada CS Brasil Frotas, que no período reconheceu R\$42,8 milhões de Receita Líquida de Serviços, equivalentes a 76,3% da operação com o GTF Leves.

b) GTF pesados

No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 a Receita Líquida de GTF Pesados foi de R\$2,5 milhões. A frota no final do período totalizou 477 veículos.

c) GTF com mão de obra

Neste segmento, além do aluguel do veículo há o fornecimento da mão de obra dos motoristas. No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 a Receita Líquida neste segmento foi de R\$24,4 milhões. Estas operações estão integralmente concentradas na controlada CS Brasil Transportes.

1.2.2) Transporte de passageiros

Este segmento representa os resultados da operação de transporte urbano municipal de Sorocaba, onde a CS Brasil Transportes atua através de um consórcio onde detém a participação de 50%. Este contrato foi renovado em 01 de novembro de 2019 por um prazo adicional de 8 anos. No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, reconheceu uma Receita Líquida de Serviços total de R\$10,2 milhões. Adicionalmente, a CS Brasil Transportes também detém participação de 49,25% na companhia BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT"), empresa responsável pela implantação do sistema de transporte municipal de passageiros do "BRT - *Bus Rapid Transit*" em corredores exclusivos. Como esta sociedade possui controle compartilhado com outros sócios, a CS Brasil Transportes reconhece seus resultados por equivalência patrimonial. O início da operação do primeiro corredor foi em setembro/20, e a Concessão tem prazo de operação de 20 anos.

1.2.3) Limpeza e coleta urbana

A operação de Limpeza e coleta Urbana é realizada pela controlada CS Brasil Transportes e gerou no 4T19 uma Receita Líquida de Serviços total de R\$7,8 milhões. A frota total operacional no final do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 correspondia a 62 veículos.

2. Investimentos

No período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 o CAPEX Bruto totalizou R\$147,4 milhões, que descontados das vendas de veículos no período de R\$24,3 milhões, resultou no CAPEX Líquido de R\$123,1 milhões. Os recursos foram direcionados principalmente para investimentos de expansão em novos contratos nas controladas CS Brasil Transportes e CS Brasil Frotas, direcionados para ativos leves de GTF, que devem fortalecer a geração de caixa futura.

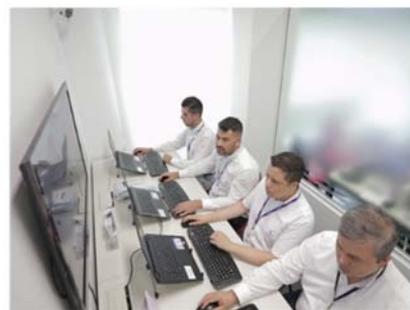
3. Estrutura de capital

A gestão de passivos no período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 foi de suma importância para nos prepararmos para o cenário desafiador imposto pela pandemia da Covid-19. A CS Brasil Participações apresentou uma dívida bruta no final do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 de R\$563,2 milhões, e manteve o caixa reforçado com uma posição de caixa e aplicações financeiras consolidada de R\$391,0 milhões, suficiente para cobrir a amortização da dívida de curto prazo em 3,5x.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.

4. Compliance, transparência e conformidade

Através das controladas CS Brasil Transportes e a CS Brasil Frotas, o processo licitatório de GTF segue pelos formatos de pregões eletrônicos e presenciais. Em 2019, o Grupo participou de 143 licitações sendo 86% delas por meio de pregões eletrônicos através da Sala de Licitação, um ambiente 100% monitorado eletronicamente, com elevados padrões de *compliance* e governança, tendo vencido em 46% das licitações que disputou neste período.



Imagens da sala de licitação.

Para saber mais sobre a Sala de Licitações e do Portal da Transparência da CS Brasil Participações, assista o vídeo através do QR Code ou [clique aqui](#):



5. Auditoria Independente

Ao longo do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2019.

6. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas da
CS Brasil Participações e Locações S.A.

Mogi das Cruzes – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CS Brasil Participações e Locações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

Veja as notas explicativas 2.12 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>As controladas da Companhia (“controladas”) possuem receita líquida decorrente da prestação de serviços. Adicionalmente, no curso normal de renovação de suas frotas, as controladas efetuam a venda de veículos, máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviços (“ativos”).</p> <p>Pelo fato das controladas possuírem diversas naturezas de receitas, o seu processo de reconhecimento requer um controle minucioso e envolve julgamento significativo na avaliação dos critérios usados pelas controladas para determinar o momento da transferência de controle dos serviços prestados e/ou ativos vendidos para a contraparte. Por esses motivos, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento de receita de prestação de serviços e venda de ativos, os quais determinam o momento em que as controladas transferem o controle dos serviços prestados e/ou ativos vendidos para a contraparte;– Em base amostral, testamos os critérios adotados pelas controladas para a determinação do momento adequado em que o controle é transferido e a receita reconhecida de acordo com a documentação suporte, bem como, avaliamos o período de corte da receita;– Avaliamos os cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2020, a fim de testar se as receitas de prestação serviços e ativos vendidos foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à receita de prestação de serviços e venda dos ativos alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e conseqüentemente ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o</p>

	<p>reconhecimento da receita de prestação de serviços e venda de ativos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019.</p>
<p>Vida útil econômica, estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos, máquinas e equipamentos destinados a locação e serviços</p>	
<p>Veja as notas explicativas 2.8 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
<p>Principal assunto de auditoria</p>	<p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</p>
<p>A Companhia e suas controladas possuem veículos, máquinas e equipamentos compondo o seu ativo imobilizado (“ativos”), para os quais, anualmente são revisadas as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam premissas e estimativas significativas para determinar o valor residual estimado na venda desses ativos.</p> <p>A alteração das premissas e estimativas utilizadas pode impactar de forma relevante o valor dos encargos de depreciação computados no período corrente e exercícios futuros e o resultado na venda desses ativos. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave para a determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e ao valor residual dos ativos; – Avaliação das premissas utilizadas na determinação da vida útil econômica dos ativos e seu valor residual atribuído, com base em dados externos de mercado, e internos, incluindo estratégia, plano de negócios e dados históricos; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o período considerando a vida útil e o valor residual atribuído aos ativos, bem como avaliação, em base amostral, dos valores residuais estimados comparando-os com os preços de mercado praticados para ativos similares; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajuste que afetaria a mensuração e a divulgação da depreciação do ativo imobilizado, o qual não foi registrado e divulgado pela Companhia por ter sido considerado imaterial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os montantes reconhecidos de depreciação dos ativos, a determinação dos valores residuais, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras</p>

	individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6	80.602
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	-	310.426
Contas a receber	9	1.727	173.413
Estoques		-	6.092
Tributos a recuperar	11	-	29.534
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.4	-	3.356
Despesas antecipadas		-	2.408
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	-	96.780
Adiantamentos a terceiros		13	7.119
Outros créditos	12	-	52.476
		<u>1.746</u>	<u>762.206</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	9	-	65.818
Tributos a recuperar	11	-	23.924
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.4	-	14.400
Depósitos judiciais	22	-	5.836
Outros créditos	12	-	29.862
		<u>-</u>	<u>139.840</u>
Investimentos	13	1.124.833	5.609
Imobilizado	14	88.664	1.053.443
Intangível		-	854
		<u>1.213.497</u>	<u>1.199.746</u>
Total do ativo		<u>1.215.243</u>	<u>1.961.952</u>

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	88.664	126.209
Risco sacado a pagar - montadoras	16	-	12.052
Empréstimos e financiamentos	17	-	24.964
Arrendamentos a pagar	18	-	74.442
Arrendamentos por direito de uso	19	-	7.326
Obrigações sociais e trabalhistas		-	28.480
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.4	347	347
Tributos a recolher		179	14.131
Adiantamentos de clientes	20	5.291	42.718
Juros sobre capital próprio a pagar	24.1	-	2.348
Partes relacionadas	24.1	-	3.056
Outras contas a pagar	21	-	47.137
		94.481	383.210
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	-	273.564
Arrendamentos a pagar	18	-	178.186
Arrendamentos por direito de uso	19	-	23.144
Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	-	5.130
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	-	49.772
Partes relacionadas	24.1	746.973	674.857
Outras contas a pagar	21	-	300
		746.973	1.204.953
Total do passivo		841.454	1.588.163
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	365.458	365.458
Reserva de lucros		8.318	8.318
Outras variações patrimoniais reflexas de controladas		13	13
		373.789	373.789
Total do passivo e patrimônio líquido		1.215.243	1.961.952

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Demonstrações dos resultados

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>25/10/2019 a</u>	<u>25/10/2019 a</u>
		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		1.567	124.513
Custo de locação e prestação de serviços	27	-	(77.706)
Custo de venda de ativos desmobilizados	28	-	(24.683)
Total do custo de locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		-	(102.389)
Lucro bruto		1.567	22.124
Despesas comerciais	28	-	(609)
Despesas administrativas	28	-	(5.130)
Provisão de perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	28	-	(911)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	28	(111)	2.191
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	7.685	707
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		9.141	18.372
Receitas financeiras	29	-	2.077
Despesas financeiras	29	(476)	(8.934)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.665	11.515
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.3	(347)	3.388
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.1	-	(6.585)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(347)	(3.197)
Lucro líquido do período		8.318	8.318
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	30	-	0,0228

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Demonstrações dos resultados abrangentes****Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>25/10/2019 a</u>	<u>25/10/2019 a</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do período	8.318	8.318
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	8.318	8.318

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outras variações patrimoniais reflexas de controladas	Patrimônio líquido
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019		-	-	-	-	-
Integralização de capital	25.1	1	-	-	-	1
Aumento de capital	25.1	365.457	-	-	-	365.457
Transações com pagamentos baseados em ações		-	-	-	13	13
Lucro líquido do período		-	-	8.318	-	8.318
Retenção dos lucros		-	8.318	(8.318)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		365.458	8.318	-	13	373.789

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
	25/10/2019 a	25/10/2019 a
	31/12/2019	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.665	11.515
Ajuste para:		
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13.1)	(7.685)	(707)
Depreciação e amortização (nota 288)	-	24.384
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 10)	-	24.683
Transações com pagamentos baseados em ações	-	13
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	-	2.435
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras (nota 29)	-	7.998
	980	70.321
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(1.727)	178.123
Estoques	-	(452)
Fornecedores	-	(122.863)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	179	(1.215)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	5.401	1.401
	3.853	54.994
Variações no capital circulante líquido operacional		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(19.859)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	-	(4.442)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação (nota 33)	-	(30.662)
Investimentos em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	(90.022)
	4.833	(19.670)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aporte de capital em controladas	(100.285)	-
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	-	(1.166)
	(100.285)	(1.166)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido das controladas decorrente de reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	-	45.676
Captação de mútuo (nota 25.1)	95.457	95.457
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras	-	(39.696)
Aumento de capital	1	1
	95.458	101.438
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6	80.602
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
No final do período	6	80.602
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6	80.602
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa		
Adições financiadas por arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras (nota 33)	-	(101.456)
Arrendamento por direito de uso (nota 33)	-	(37)
Varição no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar (nota 33)	(88.664)	-
Adição por aporte de capital em ativos imobilizados (nota 33)	(14.433)	(14.433)
Aumento de capital em controladas, líquido da respectiva dívida (nota 33)	365.457	365.457
Aumento de participação em investimentos (nota 33)	651.517	579.401

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Demonstrações do valor adicionado**

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

	Nota	Controladora 25/10/2019 a 31/12/2019	Consolidado 25/10/2019 a 31/12/2019
Receita de prestação de serviços, locação, e venda de ativos desmobilizados	27	1.727	139.529
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	28	-	(911)
Outras receitas operacionais	28	-	5.106
		1.727	143.724
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços		-	(51.828)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(111)	(3.415)
		(111)	(55.243)
Valor adicionado bruto		1.616	88.481
Retenções			
Depreciação e amortização	28	-	(24.384)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.616	64.097
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	7.685	707
Receitas financeiras	29	-	2.077
		7.685	2.784
Valor adicionado total a distribuir		9.301	66.881
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	28	-	27.256
Federais		507	5.634
Estaduais		-	5.823
Municipais		-	3.035
Juros e despesas bancárias	29	476	8.934
Aluguéis	28	-	7.881
Lucro retido do período		8.318	8.318
		9.301	66.881

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A CS Brasil Participações e Locações S.A. (“CS Brasil Participações”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima conforme abaixo, com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de automóveis sem condutor, fornecimento de gestão de recursos humanos para terceiros, locação de outros meios de transportes e venda de veículos.

Visando a melhor segregação de seus negócios, a controladora Simpar S.A. (“Simpar”), anteriormente JSL S.A. (“JSL”) como descrito na nota explicativa 34.2 constituiu em 25 de outubro de 2019 a CS Brasil Participações.

Conforme nota explicativa 34.3, por meio de deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 18 de setembro de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Participações e Locações S.A..

A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas “Grupo”) descritas na nota 1.1 atuam nos negócios de gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público, transporte municipal de passageiros e limpeza e coleta urbana. A CS Brasil Participações é uma controlada direta da JSL (atual Simpar), que possui 99,99% das cotas.

1.1 Relação de participação em entidades controladas, controlada em conjunto e consórcio

As participações percentuais da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	31/12/2019	
			Participação direta %	Participação indireta %
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (a)	Brasil	Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público, transporte municipal de passageiros e limpeza e coleta urbana.	99,99	-
CS Brasil Frotas Ltda. (b)	Brasil	Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados ao setor público	100,00	-
Consórcio Sorocaba (c)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (d)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	49,25

a) CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (“CS Brasil Transportes”) é uma empresa limitada, com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos.

b) CS Brasil Frotas Ltda.

A CS Brasil Frotas Ltda. (“CS Brasil Frotas”) é uma empresa limitada com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Consórcio Sorocaba

O Consórcio Sorocaba (“Consórcio Sorocaba”) é uma sociedade empresária em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028.

A controlada direta CS Brasil Transportes consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação de 50% no Consórcio Sorocaba.

d) BRT Sorocaba Concessionárias

O BRT Sorocaba Concessionaria de Serviços Públicos SPE S.A (“BRT Sorocaba Concessionárias”) é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos.

1.2 Movimentações societárias

1.2.1 Movimentações ocorridas durante o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019

a) Aumento de capital por aporte de controladora e aquisição de participação

Em 01 de novembro de 2019, a Controladora JSL (atual Simpar) aportou capital via cessão de investimento, de sua participação direta, de 88,87% na CS Brasil Frotas e na CS Brasil Participações, visando melhor segregação de seus negócios. Dando continuidade à essa reestruturação, em 30 de dezembro de 2019 a CS Brasil Transportes vendeu sua participação direta de 11,13% na CS Brasil Frotas, a valor contábil, para a CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a CS Brasil Frotas passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

b) Aquisição de empresa

Em 01 de novembro de 2019, a Controladora JSL (atual Simpar) vendeu pelo valor contábil, sua participação direta de 99,99% no investimento CS Brasil Transportes, a valor contábil, para a controlada CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a Companhia passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Saldos patrimoniais CS Brasil Transportes e CS Brasil Frotas em 01 de novembro de 2019

Após os eventos mencionados nas notas explicativas 1.2.1(a) e 1.2.1(b), a CS Brasil passou a consolidar os saldos patrimoniais das controladas CS Brasil Transportes e CS Brasil Frotas. Os saldos patrimoniais das investidas em 01 de novembro de 2019 estão apresentados na tabela seguinte:

	01/11/2019		
	CS Brasil Frotas	CS Brasil Transportes	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.080	41.596	45.676
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	50.651	169.753	220.404
Contas a receber	134.830	185.742	320.572
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	45.361	36.945	82.306
Outros ativos circulantes	25.002	53.141	78.143
Total ativo circulante	259.924	487.177	747.101
Contas a receber	-	64.700	64.700
Outros ativos não circulantes	16.674	32.501	49.175
Imobilizado	488.821	483.854	972.675
Investimento	-	51.252	51.252
Intangível	114	450	564
Total ativo não circulante	505.609	632.757	1.138.366
Total do ativo	765.533	1.119.934	1.885.467
Fornecedores	137.049	111.836	248.885
Risco sacado a pagar - montadoras	-	94	94
Empréstimos e financiamentos	1.745	25.534	27.279
Arrendamentos a pagar	38.882	17.278	56.160
Arrendamentos por direito de uso	94	8.229	8.323
Outros passivos circulantes	27.144	92.524	119.668
Total passivo circulante	204.914	255.495	460.409
Empréstimos e financiamentos	99.447	186.445	285.892
Arrendamentos a pagar	89.820	38.115	127.935
Arrendamentos por direito de uso	149	23.383	23.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.766	30.421	43.187
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	6.376	6.376
Outros passivos não circulantes	-	299	299
Total passivo não circulante	202.182	285.039	487.221
Total do passivo	407.096	540.534	947.630
Total do patrimônio líquido	358.437	579.400	937.837
Total do passivo e patrimônio líquido	765.533	1.119.934	1.885.467

1.3 Capital circulante líquido

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes, substancialmente de fornecedores, obrigações com aquisições de empresa e mutuo. A Companhia reconheceu lucro líquido de R\$ 8.318 em 31 de dezembro de 2019 e, nessa data, o capital circulante líquido da Companhia foi negativo na controladora, em R\$ 92.735.

A Administração entende que esta posição ocorre em um cenário onde a Companhia passa por um ciclo de crescimento em seus segmentos de locação, o qual requer um montante significativo de investimentos na compra de imobilizado, que irão compor o ativo operacional, e gerar receita em exercícios futuros. Esses investimentos foram inicialmente financiados, junto as partes relacionadas que poderão ser prorrogados em função do planejamento financeiro da Companhia. Considerando o retorno que será obtido com os contratos vigentes do negócio de GTF e ao o término dos contratos através da venda de veículos, sua geração de caixa é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo.

A Administração antecipa que, quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais, serão cumpridas mediante recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 22 de dezembro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3 Base de consolidação

a) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Operação em conjunto

A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

O Grupo mantém operações no consórcio Sorocaba por meio de sua Controlada CS Brasil Transportes, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, na proporção de sua participação.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.5.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3 (a) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto após 12 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

2.6 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.8 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda).

A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas na nota explicativa 14.

A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

d) Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

O Grupo classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1) / IAS 17, tais como:

- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.5.1. (c) e 2.5.4). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.11 Provisões

2.11.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12 Receitas de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.12.1 Receita de locação

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são recebidas no mês subsequente à locação.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/ IFRS 15

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

2.12.2 Receita de transporte de passageiros

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretaria de transporte do município.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/ IFRS 15

A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro.

2.12.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias do Grupo Simpar.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/ IFRS 15

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.12.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/ IFRS 15

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

2.13 Benefícios a empregados

2.13.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.13.2. Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da controladora JSL (atual Simpar), concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.14 Capital social

2.14.1. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os cotistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no contrato social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos cotistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida - nota explicativa 2.3; e
- b) Receitas de contratos com clientes: se a receita de locação, prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo - nota explicativa 2.12.

3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9;
- b) Ativo imobilizado disponível para venda - determinação do valor justo menos custos de venda do Grupo, de ativos mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos - nota explicativa 10;
- c) Imobilizado (premissas em relação ao valor residual e a vida útil) - nota explicativa 14;
- d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 22;
- e) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 23; e
- f) Realização de impostos a recuperar - reconhecimento de impostos a recuperar que possam ser utilizados.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis

4.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

As controladas CS Brasil Frotas e CS Brasil Transportes (em conjunto denominadas “controladas”) adotaram o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

a) Definição de arrendamento

As controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na nota explicativa 2.9.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, as controladas escolheram aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. As controladas aplicaram o CPC 06 (R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquelas datas.

b) Controladas como arrendatárias

Como arrendatária, as controladas arrendam imóveis e veículos. As controladas classificavam anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente às controladas. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, as controladas reconhecem ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

Anteriormente, as controladas classificavam os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Na transição esses arrendamentos foram mensurados conforme nota explicativa 2.9 (i).

Aa controladas não identificaram indícios de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

As controladas arrendam ativos, como veículos leves. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) / IAS 17 imediatamente antes dessa data.

c) Grupo como arrendadoras

A Companhia e suas controladas arrendam seus ativos, leves, caminhões e equipamentos. os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

As controladas não são requeridas a fazerem ajustes na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16 para arrendamentos nos quais atuam como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis As controladas como arrendador não diferem daquelas do CPC 06 (R1).

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 47 / IFRS 15- Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

4.2 ICPC 22 / IFRIC 23 - incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde de 1 de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15 / IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

6.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	Controladora		
	31/12/2019		
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	6
Contas a receber	-	1.727	1.727
	5	1.728	1.733
		Custo amortizado	Total
Passivo, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		88.664	88.664
Partes relacionadas		746.973	746.973
		835.637	835.637
	Consolidado		
	31/12/2019		
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	79.984	618	80.602
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	310.426	-	310.426
Contas a receber	-	239.231	239.231
Outros créditos	-	81.134	81.134
	390.410	320.983	711.393
		Custo amortizado	Total
Passivo, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		126.209	126.209
Risco sacado a pagar montadoras		12.052	12.052
Empréstimos e financiamentos		298.528	298.528
Arrendamentos a pagar		252.628	252.628
Arrendamentos por direito de uso		30.470	30.470
Partes relacionadas		677.913	677.913
Outras contas a pagar		40.794	40.794
		1.438.594	1.438.594

6.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2019	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	6	6
Contas a receber	1.727	1.727
Total	1.733	1.733
Passivos financeiros		
Fornecedores	88.664	88.664
Partes relacionadas	746.973	746.973
Total	835.637	835.637

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2019	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	80.602	80.602
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	310.426	310.426
Contas a receber	239.231	239.231
Outros créditos	81.134	81.134
Total	711.393	711.393
Passivos financeiros		
Fornecedores	126.209	126.209
Risco sacado a pagar - montadoras	12.052	12.052
Empréstimos e financiamentos	298.528	303.404
Arrendamentos a pagar	252.628	252.822
Arrendamentos por direito de uso	30.470	30.470
Partes relacionadas	677.913	677.913
Outras contas a pagar	40.794	40.794
Total	1.438.594	1.443.664

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos.

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Controladora		
	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	5	5
	-	5	5
Consolidado			
31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	22.189	22.189
Operações compromissadas	-	38.302	38.302
Letras financeiras		15.289	15.289
Cota de outros fundos	4.204	-	4.204
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	205.331	-	205.331
LTN - Letras do Tesouro Nacional	105.095	-	105.095
	314.630	75.780	390.410

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	298.528	298.528
Arrendamentos a pagar	-	252.628	252.628
	-	551.156	551.156

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
e
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	4,41	4,33	4,56	5,26	5,77	6,41	7,00
Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2019							

6.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos do Grupo se referem a fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, arrendamentos por direito de uso, partes relacionadas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora JSL (atual Simpar), que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores depositados em conta corrente	1	618
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	5	72.327
Br AA+	-	327
Br AA	-	7.330
Total de aplicações financeiras	5	79.984
Total de caixa e equivalentes de caixa	6	80.602
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	-	310.426
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	310.426

ii. Contas a receber

O Grupo utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício.

O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 9.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, e estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 0.

c) Risco de liquidez

O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora			
	31/12/2019			
Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	-	-
Contas a receber	1.727	1.727	-	-
Total	1.733	1.733	-	-

	Controladora			
	31/12/2019			
Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos financeiros				
Fornecedores	88.664	88.664	-	-
Partes relacionadas	746.973	-	-	940.777
Total	835.637	88.664	-	940.777

	Consolidado			
	31/12/2019			
Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	80.602	80.602	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	310.426	310.426	-	-
Contas a receber	239.231	173.413	-	65.818
Outros créditos	81.134	53.602	12.597	17.794
Total	711.393	618.043	12.597	83.612

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	31/12/2019				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	126.209	126.209	126.209	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	12.052	12.052	12.052	-	-
Empréstimos e financiamentos	298.528	337.752	26.608	212.141	99.003
Arrendamentos a pagar	252.628	279.353	88.159	97.618	93.576
Arrendamentos por direito de uso	30.470	40.669	10.134	7.027	23.508
Partes relacionadas	677.913	846.841	3.056	-	843.785
Outras contas a pagar	40.794	40.794	40.498	296	-
Total	1.438.594	1.683.670	306.716	317.082	1.059.872

6.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo efetuou análise de sensibilidade, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis:

- CDI em 4,56 % a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- TLP de 5,82 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- SELIC de 4,50% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);
- IPCA 4,14 % a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão);

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Controladora		
				Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	5	Aumento do CDI	4,52%	-	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(72.116)	Aumento do CDI	6,76%	(4.875)	(6.094)	(7.313)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(674.857)	Aumento do CDI	5,22%	(35.228)	(44.034)	(52.841)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(746.968)			(40.103)	(50.128)	(60.154)
Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Consolidado		
				Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	79.984	Aumento do CDI	4,52%	3.615	4.519	5.423
Títulos e valores mobiliários - LFT	205.331	Aumento da SELIC	4,50%	9.240	11.550	13.860
Direitos a receber por alienação de empresas - Joseense (i)	19.610	Aumento do IPCA	4,14%	812	1.015	1.218
Direitos a receber por alienação de empresas - Quataí (i)	19.934	Aumento do CDI	4,56%	909	1.136	1.363
Arrendamentos a pagar	(252.628)	Aumento do CDI	7,12%	(17.987)	(22.484)	(26.981)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(674.857)	Aumento do CDI	5,22%	(35.228)	(44.034)	(52.841)
Empréstimos e financiamentos	(252.762)	Aumento do CDI	6,06%	(15.317)	(19.147)	(22.976)
Empréstimos e financiamentos	(25.766)	Aumento do IPCA	9,76%	(2.515)	(3.143)	(3.772)
Empréstimos e financiamentos	(15.703)	Aumento da TLP	9,97%	(1.566)	(1.957)	(2.348)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira pós-fixada no resultado	(896.857)			(58.037)	(72.545)	(87.054)
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	105.095	PRÉ-FIXADO	6,68%	7.020	7.020	7.020
Arrendamentos por direito de uso	(30.470)	PRÉ-FIXADO	8,28%	(2.523)	(2.523)	(2.523)
Risco sacado a pagar - montadoras	(12.052)	PRÉ-FIXADO	6,71%	(809)	(809)	(809)
Empréstimos, financiamentos	(4.297)	PRÉ-FIXADO	7,48%	(321)	(321)	(321)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	58.276			3.367	3.367	3.367
Total da exposição líquida	(838.581)			(54.670)	(69.178)	(83.687)

(i) Os direitos a receber por alienação de empresas utilizados como aporte pela controladora JSL (atual Simpar) estão registrados na rubrica de outros créditos.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Caixa	-	5
Bancos	1	613
Total de disponibilidades	1	618
CDB - Certificado de depósitos bancários	5	22.189
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	38.302
Letras financeiras	-	15.289
Cota de outros fundos	-	4.204
Total de aplicações financeiras	5	79.984
Total	6	80.602

Durante o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 3,44% a.a.

8. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	Consolidado
	31/12/2019
Operações	
Títulos públicos - Fundos exclusivos	
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	205.331
LTN - Letras do Tesouro Nacional	105.095
Total	310.426

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio foi equivalente a 3,44 % a.a.

9. Contas a receber

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Valores a receber de serviços e locações	-	180.963
Serviços e locações a faturar	-	71.644
Contas a receber - partes relacionadas (nota 24.1)	1.727	5.077
Outras contas a receber	-	4.182
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	(22.635)
Total	1.727	239.231
Ativo circulante	1.727	173.413
Ativo não circulante	-	65.818
Total	1.727	239.231

9.1 Classificação por vencimento ("aging list") e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Total a vencer	1.727	129.336
Vencidos em até 30 dias	-	22.486
Vencidos de 31 a 90 dias	-	11.412
Vencidos de 91 a 180 dias	-	4.261
Vencidos de 181 a 365 dias	-	3.139
Vencidos há mais de 365 dias (i)	-	91.232
Total vencidos	-	132.530
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	(22.635)
Total	1.727	239.231

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O saldo de R\$ 91.232 vencido acima de 365 dias, contempla R\$ 81.201 referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestadas ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judiciais de cobrança e estão classificados no ativo não circulante.

A movimentação das perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-
(+) Adição por reestruturação societária	(21.724)
(-) Adições	(1.561)
(+) Reversões	650
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(22.635)

10. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

A movimentação para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo:			
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-
Adição por reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	105.344	8.635	113.979
Bens transferidos do imobilizado	55.407	536	55.943
Bens baixados por venda	(37.754)	(18)	(37.772)
Em 31 de dezembro de 2019	122.997	9.153	132.150
Depreciação acumulada:			
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-
Adição por reestruturação societária (nota 1.2.1(c))	(23.559)	(8.114)	(31.673)
Bens transferidos do imobilizado	(16.267)	(519)	(16.786)
Bens baixados por venda	13.071	18	13.089
Em 31 de dezembro de 2019	(26.755)	(8.615)	(35.370)
Saldo residual líquido:			
Saldo na constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96.242	538	96.780

11. Tributos a recuperar

	Consolidado
	31/12/2019
PIS e COFINS (i)	41.775
INSS	8.957
ICMS	523
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	2.203
Total	53.458
Ativo circulante	29.534
Ativo não circulante	23.924
Total	53.458

- (i) Refere-se a retenção de PIS e COFINS sobre prestação de serviços de limpeza e coleta urbana.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros créditos

	Consolidado
	31/12/2019
Aporte de capital (i)	39.544
Partes relacionadas (nota 24.1)	39.757
Cauções imobiliárias	538
Outros	2.499
Total	82.338
Ativo circulante	52.476
Ativo não circulante	29.862
Total	82.338

(i) O montante de R\$ 39.544 refere-se ao valor a receber que a CS Brasil Frotas possui decorrente da alienação do investimento, da Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí"), no montante de R\$ 19.934, corrigido por 100% do CDI, com vencimento até 2022, repassado pela controladora JSL (atual Simpar), e ao valor a receber decorrente da alienação do investimento da Joseense Transporte de Passageiros Ltda. ("Joseense Transporte") no montante de R\$ 19.610, corrigido por 100% do IPCA/IBGE, com vencimento até 2024, repassado pela controladora JSL S.A. (atual Simpar). Ambos os recebíveis foram transferidos da controladora JSL (atual Simpar) para a controlada CS Brasil Frotas por meio de aporte de capital.

13. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

	Controladora			
	Patrimônio líquido em 31/12/2019	Participação %	Equivalência patrimonial	Saldo ativo 31/12/2019
CS Brasil Transportes	594.313	99,99	(620)	594.313
CS Brasil Frotas	530.520	100,00	8.305	530.520
Total de investimentos			7.685	1.124.833

	Consolidado			
	Patrimônio líquido em 31/12/2019	Participação %	Equivalência patrimonial	Saldo ativo 31/12/2019
BRT Sorocaba Concessionárias	11.389	49,25	707	5.609
Total de investimentos			707	5.609

13.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora					
Investimentos	Constituição da Companhia em 25/10/2019	Reestruturação societária (i)	Aporte de Capital (ii)	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2019
CS Brasil Transportes	-	579.400	14.433	(620)	1.100	594.313
CS Brasil Frotas	-	390.641	132.785	8.305	(1.211)	530.520
Total investimentos	-	970.041	147.218	7.685	(111)	1.124.833

(i) O montante de R\$ 579.400 se refere ao valor contábil da venda pela controladora JSL S.A. (atual Simpar) à CS Brasil Participações de sua participação direta de 99,99% na CS Brasil Transportes em 1º de novembro de 2019. O montante de R\$ 390.641 se refere (a) ao aporte, em 1º de novembro de 2019, pela controladora JSL S.A. (atual Simpar) de sua participação direta de 88,87% no investimento CS Brasil Frotas na controlada CS Brasil Participações, no montante de R\$ 318.525 e; (b) a venda pela CS Brasil Transportes à CS Brasil Participações de sua participação de 64.803.261 "Quotas" na CS Brasil Frotas pelo montante de R\$ 72.116

As condições de pagamento estão divulgadas na nota explicativa 24.1.

(ii) O montante de R\$ 14.433 corresponde ao aporte de capital via imobilizado realizado na CS Brasil Transportes. O montante de R\$ 132.785 é referente a aportes realizados no decorrer do período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, onde R\$ 100.285 por meio de aporte em caixa, R\$ 9.133 por meio de transferência de contas a receber e R\$ 23.367 advindos de outros recebíveis.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
Investimentos	Constituição da Companhia em 25/10/2019	Reestruturação societária	Devolução de capital (i)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2019
BRT Sorocaba Concessionárias	-	11.320	(6.418)	707	5.609
Total investimentos	-	11.320	(6.418)	707	5.609

- (i) Esse montante foi enviado para BRT Sorocaba, pela CS Brasil Transportes, a título de “adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)), para início das atividades. Entretanto, como o BNDES posteriormente liberou os recursos solicitados para a investida, os acionistas da BRT Sorocaba entenderam que esse montante não seria necessário na operação já que gerou um excedente de caixa, com isso o montante foi devolvido via mutuo.

13.2 Saldos patrimoniais e de resultado das investidas e controladas

	31/12/2019							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas (i)	Custos e despesas (i)	(Prejuízo) lucro líquido (i)
CS Brasil Transportes	494.205	657.165	267.652	289.405	594.313	130.303	(130.923)	(620)
CS Brasil Frotas	393.225	553.264	159.636	256.333	530.520	88.828	(80.523)	8.305
BRT Sorocaba Concessionárias	30.651	39.899	4.259	54.902	11.389	2.369	(933)	1.436

- (i) Para o período compreendido entre 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

14. Imobilizado

A movimentação para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Controladora
	Veículos
Custo:	
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-
Adições	103.097
Baixa de ativos e outros (i)	(14.433)
Em 31 de dezembro de 2019	88.664
Saldo na constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	88.664
Taxa média de depreciação (%) no período:	
Veículos leves	11,9
Veículos pesados	7,1

- (i) O montante de R\$ 14.433 corresponde ao aporte de capital via imobilizado realizado na controlada CS Brasil Transportes.

CS Brasil Participações e Locações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	1.038.361	29.889	8.795	784	2.384	2.633	40.084	600	1.123.530
Adições	145.576	975	-	-	751	96	37	2	147.437
Remensuração	-	-	-	-	-	-	(890)	-	(890)
Transferências	(8.025)	8.489	-	-	(464)	-	-	-	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	(55.407)	(536)	-	-	-	-	-	-	(55.943)
Baixa de ativos e outros (i)	(187)	-	(2.441)	(37)	(190)	(356)	-	-	(3.211)
Em 31 de dezembro de 2019	1.120.318	38.817	6.354	747	2.481	2.373	39.231	602	1.210.923
Depreciação acumulada:									
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária (nota 1.2.1(c))	(121.598)	(12.198)	(6.017)	(599)	(889)	-	(8.964)	(590)	(150.855)
Despesa de depreciação no período	(22.768)	(552)	(146)	(10)	(39)	-	(868)	-	(24.383)
Transferências	8.248	(8.248)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência / retorno de bens disponibilizados para venda	16.267	519	-	-	-	-	-	-	16.786
Baixa de ativos e outros	-	-	900	27	45	-	-	-	972
Em 31 de dezembro de 2019	(119.851)	(20.479)	(5.263)	(582)	(883)	-	(9.832)	(590)	(157.480)
Saldo líquido:									
Saldo na constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.000.467	18.338	1.091	165	1.598	2.373	29.399	12	1.053.443
Taxa média de depreciação (%) no período:									
Veículos leves	12,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	7,2	14,4	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	8,1	20,0	10,0	-	25,2	8,9	-

(i) Refere-se principalmente a baixa por sinistros no valor de R\$ 187.

14.1 Arrendamento de itens do ativo Imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Companhia por meio de arrendamento a pagar, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Consolidado
	31/12/2019
Custo - arrendamento a pagar capitalizado	299.522
Depreciação acumulada	(25.969)
Saldo contábil, líquido	273.553

15. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Veículos, máquinas e equipamentos	-	109.026
Peças e manutenção	-	7.275
Partes relacionadas (nota 24.1)	88.664	31
Materiais de estoque	-	2.373
Serviços contratados	-	3.137
Aluguel de imóveis	-	708
Outros	-	3.659
Total	88.664	126.209

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Risco sacado a pagar - montadoras

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	Consolidado					
			31/12/2019			Movimentação		
			Total	Adição por reestruturação (nota 1.2.1 (c))	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados
Em moeda nacional								
Risco sacado	6,7%	out/20	12.052	94	24.845	(11.247)	(1.925)	285

O Grupo firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

17. Empréstimos e financiamentos

A movimentação para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Modalidade,	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Consolidado						
				31/12/2019			Movimentação			
				Circulante	Não circulante	Total	Adição por Reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados
Em moeda nacional										
FINAME (i)	2,92%	Pré-fixada	out/24	1.125	2.579	3.704	4.604	(898)	(21)	19
FINAME (i)	9,97%	TLP / SELIC	abr/24	3.373	12.330	15.703	29.808	(13.965)	(562)	422
FNE (ii)	9,76%	Pré-fixado / IPCA	dez/21	15.221	10.545	25.766	28.246	(2.528)	(235)	283
NPs (iii)	5,90%	CDI + 1,50%	set/22	4.806	247.956	252.762	249.852	-	-	2.910
Capital de giro (CDC) (iv)	9,16%	Pré-fixada	abri/21	439	154	593	661	(68)	(9)	9
				24.964	273.564	298.528	313.171	(17.459)	(827)	3.643

- (i) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos firmados são relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação ou expansão da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até dois anos de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o período de carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso, mas somente alienação dos ativos financiados junto aos agentes financeiros.
- (ii) **FNE** referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa do Grupo. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências que são de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o período de carência e não possuem cláusulas de compromisso.
- (iii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Essas operações possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros (**Dívida Financeira Líquida/ EBITDA Adicionado e EBITDA Adicionado/Despesa Financeira Líquida**). As controladas CS Brasil Transportes e CS Brasil Frotas utilizam os índices financeiros consolidados da controladora JSL (atual Simpar) A manutenção desses índices financeiros foi cumprida para o período findo em 31 de dezembro de 2019.
- (iv) **CDC** - é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa da CS Brasil Transportes.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de leitura das referências acima, considera-se as seguintes definições:

Os índices financeiros indicados em algumas alíneas acima, são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora JSL (atual Simpar), conforme indicados nas cláusulas contratuais. Esses índices financeiros possuem as definições abaixo:

“Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (*Veículos Floor Plan*);

“EBITDA-Adicionado para fins de *covenants* financeiros” significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e

“Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

17.1 Garantias e fianças bancárias

Conforme demonstrado na nota explicativa 18.1, o Grupo possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos a pagar e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos, adicionalmente o Grupo possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir:

- ✓ **FINAME e CDC** - são garantidos pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados; e
- ✓ **FNE** - fianças bancárias.
- ✓ **NP** - As NPs no montante 252.762, contam com o aval da JSL.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Arrendamentos a pagar

Contratos de arrendamentos na modalidade de Finame leasing e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2019			Movimentação				
				Circulante	Não circulante	Total	Reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados
Em moeda nacional Arrendamento a pagar - Leasing	6,71%	CDI + 2,30	dez/24	74.442	178.186	252.628	184.095	76.611	(9.313)	(1.140)	2.375

18.1 Garantias

O Grupo possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

19. Arrendamentos de direito de uso

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 14.

	Consolidado 31/12/2019
Passivo de arrendamento em 25 de outubro	-
Adição por reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	31.855
Remensuração	(890)
Novos contratos	37
Amortização	(1.677)
Juros pagos	(550)
Juros apropriados	1.695
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	30.470
Circulante	7.326
Não circulante	23.144
Total	30.470

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, assim como concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 6 anos. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento.

O Grupo chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	7,64%
2	7,48%
3	7,84%
5	8,49%
10	8,99%
15	9,17%
20	9,23%

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	40.402	30.224
PIS/COFINS	1.499	1.234

A Administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos mercantis seria um aumento aproximado de R\$ 1.323.

20. Adiantamentos de clientes

	<u>Controladora 31/12/2019</u>	<u>Consolidado 31/12/2019</u>
Partes relacionadas (nota 24.1)	5.291	-
Prefeituras (i)	-	16.348
Venda de veículos	-	26.370
Total	5.291	42.718

(i) Esses adiantamentos referem-se a valores recebidos antecipadamente de passagem do transporte urbano.

21. Outras contas a pagar

	<u>Consolidado 31/12/2019</u>
Contas a pagar dos consórcios	6.415
Reserva de seguros	4.799
Partes relacionadas (nota 24.1)	30.283
Provisão de serviços de terceiros	2.507
Outras	3.433
Total	47.437
Circulante	47.137
Não circulante	300
Total	47.437

22. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas, no curso normal de seus negócios, recebem demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas, discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	4.620	(4.149)
Cíveis	1.041	(981)
Tributárias	175	-
	5.836	(5.130)

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

22.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

A movimentação para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Consolidado</u> <u>Total</u>
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-
Adição por reestruturação societária	5.395	981	6.376
Constituição	881	-	881
Reversão/pagamentos	(2.127)	-	(2.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.149	981	5.130

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

Cíveis

Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais.

22.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas têm, em 31 de dezembro de 2019, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	3.996
Cíveis	26.084
Tributárias	8.932
Total	39.012

Trabalhistas

As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, movidas por ex-colaboradores do Grupo.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Companhia e suas controladas, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. O montante de R\$ 26.084 contempla R\$ 22.604 os quais possuem a JSL como responsável legal. Por tratarem-se de discussões cujo fato gerador são as atividades do Grupo, a Administração estabeleceu que irá ressarcir a JSL caso ocorram desembolsos financeiros.

Tributárias

As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	Consolidado
	31/12/2019
Imposto de renda diferido ativo	
Provisão para perda de ICMS a recuperar (i)	11.575
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	5.588
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.336
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	720
Outras provisões	2.668
Total do imposto de renda diferido ativo	23.887
Imposto de renda diferido passivo	
Constituição de ajuste a valor presente	(149)
Receita diferida de órgãos públicos	(31.574)
Depreciação econômica vs. fiscal	(18.321)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(23.600)
Impacto dos arrendamentos por direito de uso	(15)
Total do imposto de renda diferido passivo	(73.659)
Total do imposto de renda diferido passivo, líquido	(49.772)
Tributos diferidos ativos	-
Tributos diferidos passivos	(49.772)
Total do imposto de renda diferido passivo, líquido	(49.772)

- (i) Refere-se a provisão sobre a realização dos impostos a recuperar de ICMS sobre serviços e locações prestadas ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores conforme mencionado na nota explicativa 9.1

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2019
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-
IRPJ/CSLL diferidos decorrentes de reestruturação societária (nota 1.2.1 (c))	(43.187)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(6.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(49.772)

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

23.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora	Consolidado
	25/10/2019 a	25/10/2019 a
	31/12/2019	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.665	11.515
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(2.946)	(3.915)
Equivalência patrimonial	2.613	240
Incentivos fiscais - PAT	-	740
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(14)	(262)
IRPJ e CSLL apurados	(347)	(3.197)
Corrente	(347)	3.388
Diferido	-	(6.585)
IRPJ e CSLL no resultado	(347)	(3.197)
Alíquotas efetivas	-4,00%	-27,76%

As declarações de imposto de renda da Companhia e suas controladas estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

23.4 Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher

A movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes no período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) até 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Constituição da Companhia em 25 de outubro	-	-
(Provisão) reversão de IRPJ/CSLL do período (i)	(347)	3.388
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	-	14.021
Saldos em 31 de dezembro	(347)	17.409
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	-	3.356
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	-	14.400
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(347)	(347)
Saldos em 31 de dezembro	(347)	17.409

- (i) Nos meses de novembro e dezembro foram apurados saldos de IRPJ e CSLL na controlada CS Brasil Frotas inferiores ao provisionado na data da reestruturação, resultando na reversão do saldo de IR e CS a recolher apurados durante o exercício de 2019.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Partes relacionadas

24.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As transações entre a Companhia e suas controladas são eliminadas para fins de apresentação dos saldos consolidados, mas mantidos na Controladora nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As naturezas dessas transações são compostas por:

- (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços.
- (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e aos reembolsos de rateio de despesas comuns pagas à Companhia.
- (iii) Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem à contratos de mútuo mantidos entre a Companhia e suas controladas e saldos a receber pela venda de participações societárias entre a Companhia e suas controladas.
- (iv) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Companhia custeadas pelas controladas.
- (v) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra de ativos, locação de ativos e prestação de serviços.
- (vi) Adiantamentos de clientes: recebimento antecipado referente a venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços que ainda não foram realizados/entregues.
- (vii) JSCP a pagar: O saldo é referente ao JSCP do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 devido pela controlada CS Brasil Frotas para a controladora indireta JSL (atual Simpar) que era a controladora no respectivo exercício.

Ativo	Controladora	
	Contas a receber	
	(nota 9)	
	31/12/2019	
Partes relacionadas		
CS Brasil Transportes		499
CS Brasil Frotas		1.228
Total		1.727

Passivo	Controladora		
	Fornecedores	Adiantamentos de	Partes
	(nota 15) (iii)	clientes (nota 20)	relacionadas
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Partes relacionadas			
JSL (i)	-	-	674.857
CS Brasil Transportes (ii)	60.204	5.291	72.116
CS Brasil Frotas	28.460	-	-
Total	88.664	5.291	746.973
Circulante	88.664	5.291	-
Não circulante	-	-	746.973
Total	88.664	5.291	746.973

- (i) O montante de R\$ 674.857 considera o valor de R\$ 579.400 referente à participação direta que a Controladora JSL (atual Simpar) possuía na CS Brasil Transportes e que foi alienada para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2.1 (b), esse montante será recebido em até 07 anos com carência de 3 anos para início de pagamento das parcelas e será corrigido pelo CDI acrescido de spread de 2,2% a.a. O saldo residual de R\$ 95.457 refere-se a mútuo que Companhia possui com a Controladora JSL (atual Simpar), sujeitos a encargos contratuais de 100% do CDI + 2,5% a.a..
- (ii) O montante de R\$ 72.116 refere-se a compra da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Brasil Frotas conforme nota explicativa 1.2.1 (a), ocorrida em 30 de dezembro de 2019, em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30 de dezembro de 2022 e a última em 30 de junho de 2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2%.
- (iii) Referente a saldo a pagar de aquisições de imobilizado operacional.

No quadro a seguir, estão os saldos das transações entre o Grupo e partes relacionadas que no Consolidado não são eliminados:

CS Brasil Participações e Locações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativo	Consolidado	
	Contas a receber (nota 9)	Outros créditos (nota 0)
	31/12/2019	31/12/2019
Partes relacionadas		
JSL	1.171	3.342
Vamos Locação de Caminhões, máquinas e Equipamentos S.A.	2.198	-
Original Veículos Ltda.	1.059	91
Ponto Veículos Ltda.	358	44
JSL Arrendamento Mercantil S.A.	179	17
Avante Veículos Ltda.	112	5
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	29.454
Quataí Transporte de Passageiros SPE S.A.	-	341
Ribeira imóveis Ltda.	-	1
Movida Locação de Veículos S.A.	-	10
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	-	4
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	29
Movida Participações S.A.	-	13
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	-	6.403
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	3
Total	5.077	39.757

Passivo	Consolidado			
	Juros sobre capital próprio a pagar	Fornecedores (nota 15)	Outras contas a pagar (nota 21)	Partes relacionadas
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Partes relacionadas				
JSL	2.348	-	8.425	674.857
Consórcio Sorocaba	-	-	-	3.056
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	12.978	-
Movida Locação de Veículos S.A..	-	-	231	-
Movida Participações S.A.	-	-	3	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	18	-
Quick Logística Ltda.	-	30	49	-
Original Veículos Ltda.	-	1	-	-
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	7.883	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	694	-
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	-	2	-
Total	2.348	31	30.283	677.913
Circulante	2.348	31	30.283	3.056
Não circulante	-	-	-	674.857
Total	2.348	31	30.283	677.913

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do período

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 de transações entre as empresas do Grupo e suas partes relacionadas:

Resultado	Consolidado					
	Locações e serviços prestados	Locações e serviços tomados	Receita de venda de ativos	Custo na venda ativos	Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas	Despesa financeira
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Transações eliminadas no resultado						
CS Brasil Frotas	4.833	(1.044)	-	-	548	-
CS Brasil Participações	-	(1.567)	88.664	(88.664)	-	-
CS Brasil Transportes	2.112	(4.334)	416	(416)	(548)	-
	6.945	(6.945)	89.080	(89.080)	-	-
Transações com partes relacionadas						
Avante Veículos Ltda.	-	-	110	(110)	-	-
JSL	9	(6.038)	7.930	(7.930)	(1.093)	(88)
Original Veículos Ltda.	-	(1)	1.607	(1.607)	22	-
Ponto Veículos Ltda.	-	(16)	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	(1.251)	37	(37)	(8)	-
Ribeira Imóveis Ltda.	-	(1.773)	-	-	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	-	-	-	17	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	-	-	-	233	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	(10)	-	-	-	-
Outros	-	(104)	-	-	(4)	-
	9	(9.193)	9.684	(9.684)	(833)	(88)
Total	6.954	(16.138)	98.764	(98.764)	(833)	(88)

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamentos de imóveis

O Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), empresa sob controle comum. O valor dos aluguéis reconhecidos no resultado para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.773.

24.4 Centro de serviços administrativos

O Grupo, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice*. Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 o montante relativo à recuperação de despesas, efetuada pela CS Brasil Transportes foi de R\$ 800. Não é cobrada taxa de administração ou aplicada margem de rentabilidade sobre os serviços compartilhados, repassando somente os custos.

24.5 Remuneração dos administradores

A Administração da Companhia é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, que inclui todos os encargos sociais e benefícios, foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	Consolidado
	31/12/2019
Remuneração fixa	(158)
Encargos e benefícios	(6)
Remuneração baseada em ações	(12)
Total	(176)

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora JSL S.A. (atual Simpar). Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 foram exercidas opções de ações pelos administradores (vide nota 25.2).

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

24.6 Transações garantidas pela CS Brasil Transportes para sua Controladora indireta JSL (atual Simpar)

No período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela CS Brasil Transportes a JSL no âmbito da sua 12ª emissão de debentures, no valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124% do CDI.

25. Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 365.458 dividido em 365.458.478 ações sem valor nominal, sendo 99,99% pertencente à Controladora JSL (atual Simpar) com 365.458.477 ações e 0,01% pertencente à JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda. com 1 ação. A Companhia não possui capital mínimo autorizado.

Adicionalmente, vide nota explicativa 34.3 sobre a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias da Companhia.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor	Quotas
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-
Integralização de capital	1	1
Aumento de capital (i)	365.457	365.457
Saldo em 31 de dezembro de 2019	365.458	365.458

- (i) No período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 a Controladora JSL (atual Simpar) e a sócia JSL Empreendimento Imobiliários Ltda. aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 365.457, mediante a criação de 365.458.477 novas quotas. As novas quotas foram subscritas da seguinte forma: i) R\$ 318.525 pela JSL (atual Simpar) por meio de aporte da controlada CS Brasil Frotas, conforme descrito na nota explicativa 1.2.1; ii) R\$ 9.133 por meio de transferência de contas a receber que foram registrados na rubrica "contas a receber"; iii) R\$ 23.367 por meio de outros recebíveis que foram registrados na rubrica de "outros créditos"; e iv) R\$ 14.433 por meio de transferência de imobilizado.

25.2 Reservas de Capital

a) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia concedeu plano de pagamento baseados em ações com subscrições de ações da controladora JSL (atual Simpar) a administradores e empregados da Companhia, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora JSL (atual Simpar). Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida no patrimônio líquido. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1) / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis na Companhia durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Companhia, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Companhia do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

CS Brasil Participações e Locações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
II	2012	4.013	1	6,93	6,6	36,50%	8,14%	0,00%	7,8 anos	31/08/2012 a 31/03/2015	04/2015 a 06/2020
II	2012	4.013	2	6,93	6,58	36,50%	8,61%	0,00%	7,8 anos	31/08/2012 a 31/03/2016	04/2015 a 06/2020
II	2012	8.026	3	6,93	6,57	36,50%	8,91%	0,00%	7,8 anos	31/08/2012 a 31/03/2017	04/2015 a 06/2020
III	2013	2.828	1	11,51	10,8	28,60%	9,51%	0,00%	7,1 anos	09/05/2013 a 01/04/2016	04/2014 a 06/2020
III	2013	2.828	2	11,51	10,78	28,60%	9,79%	0,00%	7,1 anos	09/05/2013 a 01/04/2017	04/2014 a 06/2020
III	2013	5.655	3	11,51	10,76	28,60%	9,97%	0,00%	7,1 anos	09/05/2013 a 01/04/2018	04/2014 a 06/2020
IV	2014	1.085	1	14,28	13,19	26,30%	11,54%	0,00%	5,1 anos	23/06/2014 a 01/04/2017	04/2017 a 06/2019
IV	2014	1.085	2	14,28	13,17	26,30%	11,77%	0,00%	5,1 anos	23/06/2014 a 01/04/2018	04/2017 a 06/2019
IV	2014	2.171	3	14,28	13,16	26,30%	11,88%	0,00%	5,1 anos	23/06/2014 a 01/04/2019	04/2017 a 06/2019
V	2015	1.980	1	11,93	11	40,34%	15,05%	0,00%	5,2 anos	01/04/2015 a 01/04/2018	04/2018 a 06/2020
V	2015	1.980	2	11,93	11	40,34%	15,07%	0,00%	5,2 anos	01/04/2015 a 01/04/2019	04/2018 a 06/2020
V	2015	3.958	3	11,93	11,05	40,34%	14,09%	0,00%	5,2 anos	01/04/2015 a 01/04/2020	04/2018 a 06/2020
VI	2016	4.967	1	8,36	7,86	45,70%	12,33%	0,00%	4,1 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2020
VI	2016	4.967	2	8,36	7,87	45,70%	12,21%	0,00%	4,1 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2019 a 06/2020
VI	2016	9.934	3	8,36	7,87	45,70%	12,16%	0,00%	5,1 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2019 a 06/2020
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%	11,02%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%	11,15%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	10.415	3	9,03	8,5	42,31%	11,30%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

Movimentação durante os exercícios

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019:

	Quantidade de opções de ações			Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de opções de ações outorgadas	Canceladas	Exercidas	
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária	80.321	-	(36.671)	9,07
Posição em 31 de dezembro de 2019	80.321	-	(36.671)	9,07

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Controladora JSL (atual Simpar) (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Controladora JSL (atual Simpar), e caso o colaborador opte por receber ações, a Controladora JSL (atual Simpar) entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Controladora JSL (atual Simpar) e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Controladora JSL (atual Simpar) e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Controladora JSL (atual Simpar) e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Controladora JSL (atual Simpar) e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da JSL (atual Simpar) na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

CS Brasil Participações e Locações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data transferência
I	2018	5.604	1	0,00	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	01/04/2019
I	2018	5.604	2	0,00	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	01/04/2020
I	2018	5.604	3	0,00	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	01/04/2021
I	2018	5.603	4	0,00	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	01/04/2022
II	2019	18.252	1	0,00	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2020	01/04/2020
II	2019	18.252	2	0,00	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2019	18.252	3	0,00	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2019	18.250	4	0,00	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023

Movimentação durante os exercícios

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019:

	Quantidade de ações			Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Transferidas	
Constituição da Companhia em 25 de outubro de 2019	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária	95.421	-	-	6,90
Posição em 31 de dezembro de 2019	95.421	-	-	6,90

25.3 Reserva de Lucros

a) Distribuição de dividendos

Conforme nota explicativa 34.3, por meio de deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 18 de setembro de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Participações e Locações S.A.. Dessa forma, a partir da data da conversão, foi estabelecido o Estatuto social da Companhia.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

- i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício;
- ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimentos”.

O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

CS Brasil Participações e Locações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía dividendos a receber ou juros sobre capital próprio a receber de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2019, não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio para os acionistas da CS Brasil Participações.

26. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Seguros para garantias de obrigações públicas

O Grupo possui seguros para garantias de obrigações oriundas de contratos de locação de veículos para órgãos públicos por meio da sua controlada CS Brasil em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado abaixo:

Beneficiário	Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
Órgãos ligados ao governo do estado da Bahia	Locação de veículos /gestão com manutenção	Bahia	1.380	18/10/2018 à 17/01/2022
Órgãos ligados ao governo do estado do Ceará	Locação de veículos /gestão com manutenção	Ceará	1.914	27/11/2018 à 30/06/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Distrito Federal	Locação de veículos /gestão com manutenção	Distrito Federal	733	31/05/2019 à 28/11/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Espírito Santo	Locação de veículos /gestão com manutenção	Espírito Santo	85	02/01/2019 à 01/07/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Goiás	Locação de veículos /gestão com manutenção	Goiás	374	17/10/2018 à 12/03/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Mato Grosso	Locação de veículos /gestão com manutenção	Mato Grosso	1.974	01/11/2018 à 02/09/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Mato Grosso do Sul	Locação de veículos /gestão com manutenção	Mato Grosso do Sul	49	01/11/2018 à 28/05/2021
Órgãos ligados ao governo do estado de Minas Gerais	Locação de veículos /gestão com manutenção	Minas Gerais	3.733	01/02/2018 à 02/02/2022
Órgãos ligados ao governo do estado do Paraíba	Locação de veículos /gestão com manutenção	Paraíba	14	18/12/2019 à 17/01/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Paraná	Locação de veículos /gestão com manutenção	Paraná	18.783	26/03/2018 à 11/01/2023
Órgãos ligados ao governo do estado do Pernambuco	Locação de veículos /gestão com manutenção	Pernambuco	2.647	19/12/2018 à 31/01/2024
Órgãos ligados ao governo do estado do Rio de Janeiro	Locação de veículos /gestão com manutenção	Rio de Janeiro	16.249	26/07/2018 à 04/05/2024
Órgãos ligados ao governo do estado do Rio Grande do Sul	Locação de veículos /gestão com manutenção	Rio Grande do Sul	2.466	15/01/2018 à 08/03/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do Santa Catarina	Locação de veículos /gestão com manutenção	Santa Catarina	1.125	07/11/2018 à 25/09/2021
Órgãos ligados ao governo do estado do São Paulo	Locação de veículos /gestão com manutenção	São Paulo	24.275	19/03/2018 à 16/04/2024

b) Frotas

A Companhia e suas controladas, contratam seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio.

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Serviços segurados	Vigência	Consolidado Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão, prédio e conteúdo	12/2019 a 12/2020	59.300
Danos elétrico	12/2019 a 12/2020	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	12/2019 a 12/2020	3.000
Quebra de vidros	12/2019 a 12/2020	10
Desmoronamento	12/2019 a 12/2020	60
Roubo ou furto qualificado	12/2019 a 12/2020	500
Equipamentos estacionários	12/2019 a 12/2020	500
Equipamentos móveis	12/2019 a 12/2020	570
Responsabilidade civil de operações	12/2019 a 12/2020	1.520
Lucros cessantes	12/2019 a 12/2020	600
Alagamento/inundação	12/2019 a 12/2020	3.000
Movimentação interna de mercadorias	12/2019 a 12/2020	350
Responsabilidade civil - empregador	12/2019 a 12/2020	1.000
Total de cobertura		71.410

27. Receita líquida locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados

a) Fluxos de receitas

	Controladora	Consolidado
	25/10/2019 a	25/10/2019 a
	31/12/2019	31/12/2019
Receita de prestação de serviços (a)	-	17.221
Receita de locação (b)	1.567	83.016
Receita líquida de locação e prestação de serviços	1.567	100.237
Receita de venda de ativos desmobilizados (a)	-	24.276
Receita líquida total	1.567	124.513

a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente.

(b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado
	25/10/2019 a	25/10/2019 a
	31/12/2019	31/12/2019
Receita bruta	1.727	139.529
Menos:		
Impostos sobre vendas	(160)	(14.873)
Devoluções e cancelamentos	-	(143)
Receita líquida total	1.567	124.513

b) Desagregação da receita de contrato com cliente

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	Controladora
	25/10/2019 a
	31/12/2019
Principais produtos e serviços	
Receita de locação	1.567
Receita líquida total	1.567
Tempo de reconhecimento de receita	
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.567
Receita líquida total	1.567

CS Brasil Participações e Locações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	CS Brasil Participações	CS Brasil Transportes	CS Brasil Frotas	Eliminações	Total
	25/10/2019 a 31/12/2019				
Receita de transporte de passageiros	-	9.369	-	-	9.369
Receita de limpeza e coleta urbana	-	7.852	-	-	7.852
Receita de locação - GTF leves	890	17.464	42.786	(5.049)	56.091
Receita de locação - GTF pesados	537	1.735	1.833	(1.607)	2.498
Receita de locação - GTF MO	140	24.469	267	(449)	24.427
Receita líquida de locação e prestação de serviços	1.567	60.889	44.886	(7.105)	100.237
Receita de venda de ativos desmobilizados	-	69.414	43.942	(89.080)	24.276
Receita líquida total	1.567	130.303	88.828	(96.185)	124.513
Tempo de reconhecimento de receita					
Produtos transferidos em momento específico no tempo	-	78.783	43.942	(89.080)	33.645
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.567	51.520	44.886	(7.105)	90.868
Receita líquida total	1.567	130.303	88.828	(96.185)	124.513

28. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora	Consolidado
	25/10/2019 a 31/12/2019	25/10/2019 a 31/12/2019
Custo / despesas com frota (iv)	-	(6.893)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	(24.683)
Reversão de provisão para demandas judiciais e administrativas	-	1.750
Pessoal e encargos	-	(27.256)
Depreciação e amortização	-	(24.384)
Peças, pneus e manutenções	-	(8.331)
Combustíveis e lubrificantes	-	(7.780)
Propaganda e publicidade	-	(82)
Prestação de serviços	(111)	(3.444)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	(911)
Indenizações judiciais	-	(1.080)
Energia elétrica	-	(212)
Viagens, refeições e estadias	-	(156)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (iii)	-	(7.881)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	-	(217)
Recuperação de PIS e COFINS	-	9.324
Crédito de impostos extemporâneos (i)	-	715
Despesas tributárias	-	(76)
Outros custos	-	(5.251)
	(111)	(106.848)
Custo de locação e prestações de serviços	-	(77.706)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	(24.683)
Despesas comerciais	-	(609)
Despesas administrativas	-	(5.130)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	(911)
Outras despesas operacionais	(111)	(2.915)
Outras receitas operacionais	-	5.106
	(111)	(106.848)

- (i) O saldo total é composto por R\$ 534 de verbas de PIS e COFINS e R\$ 181 por verbas de INSS;
- (ii) Refere-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R\$ 28.
- (iii) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerrou dentro do período.
- (iv) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u> 25/10/2019 a 31/12/2019	<u>Consolidado</u> 25/10/2019 a 31/12/2019
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	-	1.882
Receita de variação monetária	-	74
Outras receitas financeiras	-	80
Juros recebidos	-	41
Receita financeira total	-	2.077
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(3.643)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos a pagar	-	(2.375)
Juros de risco sacado - montadoras	-	(285)
Despesa total do serviço da dívida	-	(6.303)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	-	(1.695)
Juros passivos	(88)	(375)
Outras despesas financeiras	(388)	(561)
Despesa financeira total	(476)	(8.934)
Resultado financeiro líquido	(476)	(6.857)

30. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

a) Resultado por ação

	<u>25/10/2019 a</u> <u>31/12/2019</u>
Numerador:	
Lucro líquido do período	8.318
Denominador:	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	365.458.478
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	<u>0,0228</u>

A Companhia não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

Adicionalmente vide nota explicativa 34.3 sobre a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias.

31. Arrendador operacional

O Grupo possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2024. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
CS Brasil Frotas	263.706	218.291	167.687	124.950	34.613	809.247
CS Brasil	308.000	298.721	295.678	178.000	73.651	1.154.050
Transportes						
Total	<u>571.706</u>	<u>517.012</u>	<u>463.365</u>	<u>302.950</u>	<u>108.264</u>	<u>1.963.297</u>

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão.

Os resultados por segmento consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os negócios do Grupo foram divididos em cinco segmentos operacionais cujas atividades consistem basicamente em:

- a) Gestão e terceirização de frotas Leves (“GTF leves”): Locação de veículos leves para gestão e terceirização de frotas sem condutor;
- b) Gestão e terceirização de frotas Pesado (“GTF pesados”): Locação de veículos pesados para gestão e terceirização de frotas sem condutor;
- c) Gestão e terceirização de frotas com mão de obra (“GTF MO”): Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas com condutor;
- d) Limpeza e coleta urbana: Serviços de limpeza e coleta urbana, oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente;
- e) Transporte de passageiros: Serviços de transporte público municipal de passageiros.

O Grupo conta ainda com outras atividades de operações não relevantes e que não foram alocadas em nenhum dos segmentos acima. Essas atividades estão alocadas como Outros.

No período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019, no segmento GTF Leves temos um cliente com receita maior que 10%, correspondendo à 13,39% da receita líquida total de serviços do Grupo ou R\$ 13.122.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao Grupo, para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas a seguir:

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							25/10/2019 a 31/12/2019
	GTF leves	GTF pesados	GTF MO	Limpeza e coleta urbana	Transporte de passageiros	Outros	Total
Receita bruta de prestação de serviços e locação de veículos	62.785	2.960	28.889	9.211	11.011	91	114.947
Receita bruta de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	7.056	6.689	9.467	29	-	1.341	24.582
Receita bruta de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	69.841	9.649	38.356	9.240	11.011	1.432	139.529
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos	56.091	2.498	24.427	7.852	9.369	-	100.237
Receita líquida de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	6.758	6.687	9.461	29	-	1.341	24.276
Receita líquida de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	62.849	9.185	33.888	7.881	9.369	1.341	124.513
Custo de prestação de serviços e locação de veículos	(33.144)	(1.208)	(23.938)	(6.847)	(12.254)	(315)	(77.706)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(7.005)	(6.696)	(9.610)	(28)	-	(1.344)	(24.683)
Lucro bruto	22.700	1.281	340	1.006	(2.885)	(318)	22.124
Despesas comerciais	(344)	(16)	(178)	(52)	(5)	(14)	(609)
Despesas administrativas	(2.304)	(106)	(1.744)	(589)	(830)	443	(5.130)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(1.028)	(1)	123	(1)	(4)	-	(911)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(54)	14	(801)	(77)	(211)	3.320	2.191
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	707	707
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	18.970	1.172	(2.260)	287	(3.935)	4.138	18.372
Resultado financeiro líquido							(6.857)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social							11.515
Total do imposto de renda e da contribuição social							(3.197)
Lucro líquido do período							8.318
Depreciação	(19.963)	(727)	(1.403)	(337)	(605)	(1.349)	(24.384)

As informações referentes aos ativos totais e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos principais tomadores de decisão.

33. Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Grupo faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa.

	Controladora	Consolidado
	25/10/2019 a	25/10/2019 a
	31/12/2019	31/12/2019
Total das adições de imobilizado no exercício	103.097	147.437
Adições financiadas por Arrendamentos a pagar e risco sacado a pagar - montadoras (notas 16 e 18)	-	(101.456)
Saldo das adições do exercício liquidadas com fluxos de caixa		
Adição de arrendamentos por direito de uso (nota 19)	-	(37)
Varição no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar (nota 15)	(88.664)	-
Adição por aporte de capital em ativos imobilizados	(14.433)	(14.433)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	-	31.511
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional para locação	-	30.662
Imobilizado	-	849
Total	-	31.511
Aumento de participação em investimentos	651.516	579.400
Aporte de capital em controladas (nota 25.1):		
Participação da controlada CS Brasil Frotas	318.524	318.524
Transferência de contas a receber	9.133	9.133
Outros recebíveis	23.367	23.367
Imobilizado	14.433	14.433
	365.457	365.457

34. Eventos subsequentes

34.1 Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Administração da controladora JSL (atual Simpar) instituiu um comitê multidisciplinar de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, por meio desse comitê, está monitorando a evolução da crise instalada, aplicado ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

a. Cuidado com os colaboradores

Adoção de teletrabalho (*home office*) para parte dos colaboradores, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Companhia; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social; disponibilização de veículos para os colaboradores que deixem de utilizar transporte público; férias coletivas e utilização de banco de horas; e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

Adicionalmente, para garantir a segurança da informação nos sistemas e ambiente de rede do Grupo, dada a adoção de teletrabalho, foi criado um grupo para avaliar os riscos de acessos não permitidos e coleta de dados, e assim definir e implementar ações para mitigá-los.

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Apoio à sociedade

Disponibilização de sua estrutura e operações em apoio às comunidades onde estão instaladas, principalmente pela doação de produtos essenciais e básicos para as famílias, e serviços de logística para circulação e entrega de doações recebidas por instituições governamentais.

Adicionalmente, o Grupo continua com suas iniciativas e projetos ligados aos programas socioambientais.

c. Impactos econômico-financeiros

A maior parte da receita do Grupo é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento.

O Grupo possui condição financeira suficiente para o atravessamento da crise instalada, enfatizando as seguintes bases:

(i) Situação econômica e financeira

- Liquidez corrente positiva em 30 de setembro de 2020, isto é, ativo circulante maior que o passivo circulante correspondente a 1,2 x.
- A maior parte dos serviços prestados, é mantido por contratos de longo prazo.
- Implementação de programas de redução de gastos para adequar a estrutura de custos de acordo com as variações na receita e na geração de caixa, com acompanhamento diário.

(ii) Análises de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

O Grupo revisou seus ativos financeiros em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, incluindo suas contas a receber, para avaliar a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação (*impairment*). Essa análise foi conduzida considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para ativos financeiros mantidos com instituições financeiras, as marcações a mercado foram realizadas e os impactos reconhecidos no resultado.

Para as contas a receber, como resultado dessas análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais.

(iii) Análises de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

O Grupo realizou uma análise de seus ativos não financeiros em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, que são concentrados em estoques, ativo imobilizado disponibilizado para venda e ativo imobilizado.

Como resultado, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para nenhum dos ativos relacionados.

(iv) Análise de recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo atualizou seus estudos de recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando os impactos possíveis de medir, previsões futuras, e os indicadores conhecidos até o momento. Baseado nessas análises não foi necessário desreconhecer ou contabilizar provisões sobre os saldos contábeis.

(v) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. O Grupo aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo. Como essas medidas entrarão em vigor a partir de 2020, não há impacto a ser refletido nessas demonstrações financeiras.

A Administração do Grupo continua permanentemente avaliando as evoluções da crise, e ainda considera: (i) o estágio de disseminação do vírus em evolução no Brasil (ii) trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; e (iii) todos os governos estaduais, municipais e federal ainda continuam anunciando e testando ações de combate, fechamento e reabertura do comércio em geral, o que torna incerto quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas.

O Grupo mantém ações voltadas para a retomada das atividades, condicionadas a estratégias dos estados e municípios para controle da disseminação da COVID-19, com funcionamento de comércios em período reduzido e restrição de fluxo de pessoas.

Nos negócios do Grupo, as paralisações foram mais sentidas durante os meses de abril e maio, nos negócios de locação de automóveis sem condutor, fornecimento de gestão de recursos humanos para terceiros, locação de outros meios de transportes.

Até a aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os indicadores financeiros do Grupo demonstram a manutenção de parte substancial das suas receitas, da geração de caixa e de sua posição de liquidez.

34.2 Reorganização Societária - JSL S.A.

Em 05 de agosto de 2020, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reorganização societária do Grupo JSL. A reorganização consistiu na migração de toda a base acionária da Companhia para a Simpar, acionista controladora direta da controladora JSL, que se tornou uma entidade listada no Novo Mercado, segmento especial da B3. Dessa forma, nesta data a Simpar passou a ser a controladora da CS Brasil Participações.

34.3 Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 18 de setembro de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Participações e Locações S.A.

34.4 Captação de recursos por meio de notas promissórias comerciais

Em 29 de junho de 2020, a Companhia realizou o Instrumento particular de contrato de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços, da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais ("NP"), em 2 Séries. O valor da NP foi de R\$ 600.000, em 2 séries sendo a 1ª série no valor de R\$ 300.000 no dia 29 de junho de 2020 com taxa de CDI + 3,20% e vencimento em 29 de junho de 2024 e a 2ª série no valor de R\$ 300.000 no dia 30 de junho de 2020 com taxa de CDI + 3,50% com vencimento em 30 de junho de 2025. A NP tem taxa média de CDI + 3,35% a.a., cujo vencimento final se dará em 30 de junho de 2025, adquirida pela sua Controladora JSL (atual Simpar).

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34.5 Captação de recursos por meio de financiamento com BNDES

Em 17 de julho de 2020, a CS Brasil Transportes assinou junto ao BNDES, um contrato de Finame Direto, (Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME), no montante aprovado de até R\$30.000 (Credito aprovado pela Decisão nº CCOp. 14/2020 - FINAME, de 07 de julho de 2020), que poderá ser sacado em até 24 meses da data da assinatura. O contrato poderá ter subcréditos, a medida em que ocorrer a liberação dos recursos, dos quais serão corrigidos pelo IPCA + spread, no momento da liberação do recurso, sob o valor a ser desembolsado.

34.6 Captação de recursos por meio de financiamento CCB com a Caixa Econômica Federal (“CEF”)

Em 31 de julho de 2020, a CS Brasil Transportes assinou junto a CEF um contrato de CCB onde adquiriu R\$ 60.000 em cédulas de crédito bancário (“CCBs”) com taxa de CDI + 3,17%, cujo vencimento se dará em julho de 2023.

34.7 Captação de recursos por meio de financiamento CCB com o Banco Haitong S.A.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou junto ao Banco Haitong S.A. um contrato de CCB onde adquiriu R\$ 45.000 em cédulas de crédito bancário (“CCBs”) com taxa de CDI + 2,95% a.a., amortizados em 48 meses, com pagamentos semestrais de principal e juros.

34.8 Dividendos recebidos.

Em janeiro de 2020 foram recebidos os montantes de R\$ 55.000 e R\$ 40.000 a título de dividendos distribuídos pelas controladas CS Brasil Transportes e CS Brasil Frotas, respectivamente.

34.9 Constituição do Conselho da Administração e aprovação de abertura de capital

Em 24 de novembro de 2020, a Companhia através de Assembleia Geral Extraordinária, realizou a constituição do Conselho da Administração da Companhia, elegendo como presidente e membro, o Sr. Fernando Antonio Simões e o Sr. Denys Marc Ferrez e Sr. Antônio da Silva Barreto Junior como membros do conselho. Em mesma ata, foi aprovado a abertura de capital e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na “Categoria B” perante CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

34.10 1ª emissão de debêntures BTG Pactual S.A. (garantia fidejussória adicional) - CS Brasil Participações

Em 10 de dezembro de 2020, a Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 600.000, com liquidação prevista para dia 21 de dezembro de 2020 com taxa de CDI + 3,70% e vencimento final em 10 de dezembro de 2025.

34.11 2ª emissão de debêntures UBS Brasil (garantia flutuante) - CS Brasil Participações

Em 15 de dezembro de 2020, a Companhia realizou o Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da espécie com garantia flutuante e com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da 2ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 150.000, com taxa de CDI + 2,90% e vencimento em 15 de dezembro de 2025.

34.12 3ª emissão de Notas Promissórias Banco Santander S.A. (garantia fidejussória adicional) - CS Brasil Participações

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia realizou o Instrumento particular de contrato de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços, da 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais (“NP”). O valor da NP foi de R\$ 60.000, em 2 séries sendo

CS Brasil Participações e Locações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o período de 25 de outubro de 2019 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a 1ª série no valor de R\$ 15.000 com liquidação prevista para o dia 22 de dezembro de 2020 com taxa de CDI + 2,65% e vencimento final em 22 de dezembro de 2022, e a 2ª série no valor de R\$ 45.000 com liquidação prevista para o dia 22 de dezembro de 2020 com taxa de CDI + 2,65% com vencimento final em 22 de dezembro de 2023. A NP tem taxa média de CDI + 2,65% a.a., cujo vencimento final se dará em 22 de dezembro de 2023.

34.13 Leilão dos terminais portuários no Complexo Pontuário de Aratu-Candeia

Em 18 de dezembro de 2020, a controlada CS Brasil Transportes participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A CS Brasil Transportes apresentou os maiores valores de outorga para os terminais ATU12 (R\$ 10.000 mil) e ATU18 (R\$ 52.500 mil). A próxima fase do processo concorrencial será a apresentação dos documentos de habilitação no dia 05 de janeiro de 2021.

A área denominada ATU12 conta com movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo, com um contrato inicial de 25 anos e investimentos estimados em aproximadamente R\$ 249.573 mil. A área de ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente soja, com um contrato de 15 anos e investimentos da casa de R\$ 119.945 mil.

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A.

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A. referentes ao período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 22 de dezembro de 2020.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CS Brasil Participações e Locações S.A., referentes ao período de 25 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Mogi das Cruzes, 22 de dezembro de 2020.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro